

A DESCENTRALIZAÇÃO NO DISCURSO DE BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Decentralization in the speeches of multilateral development banks

Rogério Makino¹

Introdução

Assistiu-se na década de noventa a um discurso quase hegemônico dos dois principais bancos multilaterais de desenvolvimento atuantes na América Latina no que diz respeito ao que viria a ser um Estado ideal em suas várias dimensões: escopo de atuação econômica, estrutura da máquina administrativa, relação entre os poderes, capilaridade institucional na sociedade civil, etc. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) chegaram a criar uma categoria específica de programas para promover esse ideal de Estado: a Modernização de Estado.

Entre os programas dessa categoria, estavam os que dariam suporte à descentralização, ou seja, a transferência da elaboração de políticas públicas e tomadas de decisão do governo central para os governos locais de um mesmo país. Pregava-se que a descentralização seria, de um lado, uma potente estratégia de combate ao déficit democrático e, de outro, um meio de melhor adequar os serviços prestados aos anseios de uma determinada população.

Cerca de uma década depois, podiam ser observados os primeiros resultados dos projetos de descentralização financiados por essas organizações internacionais. Embora a distância entre o inicialmente planejado e o que foi obtido na prática não fosse desprezível, isso não diminuiu o entusiasmo pela descentralização no discurso de algumas dessas organizações, que continua até os dias atuais. O objetivo desse texto é problematizar, não necessariamente de forma conclusiva, a descentralização como caminho necessário a ser seguido para o desenvolvimento, comparando as perspectivas do BID e do ADB (*Asian Development Bank*) sobre o tema.

Apesar de ter atuado por muito tempo na América Latina e ter sido a organização multilateral que mais desembolsou recursos para a região, há poucas pesquisas independentes sobre BID². Por isso, grande

¹ Professor de Ciências Sociais/UNEMAT. Doutor em Ciências Sociais/UnB. Mestre em Relações Internacionais/UnB. Email: makinotga@gmail.com

parte dos dados utilizados nesse artigo foi coletada por meio de pesquisa documental, mais especificamente nos relatórios anuais publicados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Por questão de simetria, essa foi a mesma estratégia utilizada no caso do ADB. A sistematização dos dados se deu por análise de conteúdo, com foco sobre como os programas de descentralização eram apresentados nesses relatórios – cujos textos resumem a perspectiva oficial e as atividades desses bancos.

O artigo está organizado em cinco seções. A primeira versa sobre a variação do conceito de desenvolvimento e a origem dos atuais bancos de desenvolvimento. A segunda contempla o ideal de Estado dos bancos multilaterais de desenvolvimento que atuaram na América Latina. A terceira apresenta os relatos divergentes sobre o maior programa de descentralização patrocinado por bancos multilaterais de desenvolvimento na América Latina. A quarta chama a atenção para a ausência do tema da descentralização em outro importante banco de desenvolvimento. A quinta apresenta as três principais justificativas para a insistência no discurso da descentralização dos principais bancos multilaterais atuantes na América Latina.

Desenvolvimento e Bancos de Desenvolvimento: clarificações conceituais e pressupostos

Conforme Rist (2008), o desenvolvimento é um dos mitos pelos quais se orientaram muitas sociedades no século XX: a promessa de crescimento econômico infinito em um planeta com recursos finitos. O significado de desenvolvimento e a forma de buscá-lo variaram ao longo do tempo, oscilando inclusive em direções opostas, desde a necessidade da onipresença estatal até a defesa do Estado mínimo.

O desenvolvimento tornou-se uma ideia amplamente popular após a Segunda Guerra Mundial, quando era tratado como sinônimo de crescimento econômico ou quando se pressupunha que mudança econômica e mudança social eram interdependentes. Leys & Shawn (1996) comentam que aquele contexto era favorável a uma atuação mais proeminente do Estado, legitimado pelo keynesianismo no plano teórico e por políticas como o New Deal no plano prático, ainda muito populares em função do passado recente. Entendia-se que o Estado poderia protagonizar os processos de desenvolvimento, pois na falta de atores econômicos nacionais capazes ou dispostos a investir em empreendimentos que demandavam alto capital inicial ou que apenas teriam retorno no longo prazo, caberia ao Estado a responsabilidade de fazê-los.

Os bancos de desenvolvimento, nessa lógica, seriam instituições financeiras que auxiliariam esses Estados nesses empreendimentos, geralmente oferecendo condições mais amenas de empréstimos e financiamentos do que bancos comerciais. Entre os bancos de desenvolvimento, destacam-se os bancos multilaterais de desenvolvimento, cujos países que contraem empréstimos geralmente também são seus sócios-proprietários (BARRIA & ROPER, 2004).

Couto (1999) explica que os estudos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que influenciaram a criação do BID em 1959, também apontavam nesse mesmo sentido. Foi essa concepção de desenvolvimento centrado no papel do Estado que serviu de referência para o Banco por praticamente quatro décadas. Nesse período que coincidiu com a Guerra Fria, o medo do avanço do Socialismo fez com

² O maior produtor de informações sobre o BID é o próprio Banco, que é autointeressado na forma como as apresenta. As duas principais obras independentes com postura analítica crítica, inclusive aportando informações não explícitas nas divulgações oficiais do Banco, foram as de Tussie (1995) e Vívares (2013).

que os Estados Unidos fossem coniventes com essa concepção de desenvolvimento e fossem a principal fonte de recursos para o BID e o Banco Mundial.

Essa situação mudou com o fim da ordem bipolar na virada da década de 1980 para 1990. Houve uma ressignificação do conceito de desenvolvimento, em meio às ondas neoliberalizantes da época, que tiveram profundas implicações sobre os bancos de desenvolvimento. O protagonismo estatal passou a ser duramente condenado e o desenvolvimento passou a ser associado com o livre comércio, a desregulamentação financeira, a flexibilização da legislação trabalhista, etc.

Em uma das poucas pesquisas independentes sobre o BID, Tussie (1995) apontava que esse banco passava por uma profunda reformulação de seus programas para adequar-se ao novo conceito de desenvolvimento. Ao centro das preocupações estava o enxugamento dos aparelhos de Estado e o aumento na sua eficiência, de modo que o Banco até mesmo se propôs a auxiliar nas privatizações de empresas estatais latino-americanos.³

No Oriente, a trajetória do ADB em suas primeiras décadas de existência é muito similar à do BID no que diz respeito ao conceito de desenvolvimento centrado no protagonismo estatal. No entanto, com o final da Guerra Fria, ao contrário do que ocorreu com o BID, as ideias neoliberais reverberaram de forma mais amena no ADB, provavelmente pelo papel do Japão como sócio majoritário politicamente dominante na organização⁴ (RATHUS, 2008). Além disso, não apenas esse, mas vários outros países membros da instituição asiática tinham forte resistência às ideias neoliberais. De acordo com a versão oficial da história da ADB:

“Many agreed that more needed to be done to support the private sector, but also insisted that markets should operate within clear rules set by governments and societies. After all, some of the region’s most successful countries had relied on strong and effective states—for example, the PRC, the Republic of Korea, and Singapore. This more balanced view, which reaffirmed the importance of governments and states, was supported by leading Asian policy makers and scholars, including Mohammad Sadli from Indonesia, Amartya Sen from India, and Lee Kuan Yew from Singapore.” (MCCAWLEY, 2017, p. 162-3)

Em termos discursivos, o ADB começava a discutir a ampliação do conceito de desenvolvimento, englobando elementos relacionados a gênero, crescimento demográfico, minorias étnicas-culturais, meio ambiente e sustentabilidade, mas tentando se distanciar das ideias neoliberais, apesar das pressões dos Estados Unidos (MCCAWLEY, 2017, p.173-178). Se no BID a categoria de Modernização do Estado tornou-se a segunda mais importante em volume de recursos a partir da primeira metade dos anos 1990 (MAKINO, 2015, p. 66), a sua equivalente no ADB - “Administração do Setor Público”- era basicamente insignificante na participação do volume de recursos, não representando nem 1% do total (MCCAWLEY, 2017, p. 202). Os programas do ADB continuavam concentrados nas mesmas áreas: energia, telecomunicações e informática, agricultura e água e saneamento somavam 75% de participação dos recursos desembolsados.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento na América Latina e o seu Ideal de Estado

³ Algumas dessas privatizações foram analisadas exegeticamente por Vivares (2013).

⁴ Wan (1995) argumenta que o ADB não dava retornos econômicos ao Japão que justificassem sua contribuição para a organização. Seus interesses eram de natureza política e estratégica, um meio de influência sob a Ásia.

Os dois principais bancos multilaterais de desenvolvimento que têm atuado na América Latina nessas últimas cinco décadas foram o Banco Mundial e o BID. Nos anos sessenta, setenta e oitenta do século XX, esses bancos financiavam, sobretudo, obras de infraestrutura, educação e saneamento básico. A partir da década de noventa, de forma coordenada com o FMI, passaram a defender que a maior parte dos problemas da América Latina tinha a ver com sua concepção retrógrada de Estado: excesso de intervencionismo na economia, uma administração pública permeada por clientelismo e ineficiência e um Estado excessivamente centralizado.

Para ajudar na construção de um Estado mais “enxuto”, eficiente e democrático, esses dois bancos criaram no início dos anos noventa uma nova categoria de desembolso – a Modernização de Estado ou Reforma de Estado - orientada pelo conceito de desenvolvimento ressignificado pelas ideias neoliberais. Nas descrições dos relatórios anuais⁵ do BID e do Banco Mundial, o Estado moderno subentendido na descrição dessa categoria era uma versão idealizada e confabulada de países como Estados Unidos e Reino Unido: economias liberais, com Estados “pouco intervencionistas”, com um funcionalismo público pouco numeroso e eficiente e com alto grau de descentralização da tomada de decisões e da elaboração de políticas públicas.

No que se refere especificamente à descentralização, as vantagens argumentadas seriam uma diminuição do déficit democrático e um aumento na qualidade dos serviços públicos. A ideia era que se as instâncias decisórias fossem trazidas para níveis político-administrativos locais (estaduais, provinciais ou municipais), a participação ou a sensação de maior representação dos cidadãos seria facilitada em virtude da maior proximidade com seus representantes. Além disso, se as políticas públicas fossem elaboradas mais próximas daqueles que viriam a ser seus beneficiários, haveria maior adequação às necessidades locais do que se fossem elaboradas em um lugar distante, desconsiderando as especificidades de cada região. Ao final dos anos 1990, a descentralização se tornou uma prioridade do BID:

“With regard to the Bank’s future activities, five high priority areas were identified including the need to move from a project approach to a program approach; the need for the institution to move from the concept of central authority to decentralized; the importance of regarding the Bank not as an institution that teaches, but an institution that learns through interaction with the countries, recognizing differences and particularities and adapting its policies accordingly; the need to move from a culture of approval to a culture of results, which, as cited by the Bank’s President, the Governors had called on the IDB to do; and, lastly, the need to work more closely with nonsovereign entities, i.e., local governments, the private sector and civil society institutions. (IDB Annual Report, 1999, p. 16)

Deve-se notar que não se suspeitava da possibilidade de insucesso nas primeiras propostas de descentralização do BID e do Banco Mundial. Era um modelo *ex ante* único de descentralização a ser adotado por todos praticamente da mesma forma; não havia nem em nível de discurso qualquer referência às especificidades de cada país: para todos, o diagnóstico e a receita eram os mesmos, independente de suas especificidades.

O Discurso sobre a Descentralização no BID e o Caso BID-Córdoba

⁵ O relatório anual, também chamado em alguns lugares de resenha anual, é o documento-síntese das atividades dos bancos de desenvolvimento durante o ano, suas prioridades, os objetivos das categorias de empréstimos, análise de conjuntura, etc.

A título de ilustração, entre 1990 e 2002, auge da influência das ideias neoliberais sobre a categoria de Modernização de Estado, o BID custeou 14 projetos somando um montante superior a 600 milhões de dólares em nove países (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Honduras, México, Peru, República Dominicana e Suriname). Dois desses projetos, o mexicano e o da Província de Córdoba na Argentina, somavam cerca de 90% do volume de recursos nos programas de descentralização nesse período.

Conforme esses programas foram sendo concluídos ao longo da primeira década do século XXI, percebia-se que as expectativas iniciais não estavam sendo atingidas. O caso mais notável foi o da Província de Córdoba na Argentina, segundo maior projeto de descentralização em volume de recursos financiado pelo BID⁶. Em um extenso estudo de caso, Cingolani & Lardone (2006) demonstram que a situação da Província ficou muito pior depois da descentralização subvencionada pelo BID e pelo Banco Mundial, os quais participaram ativamente em todas as etapas do processo. Curiosamente, o relatório de conclusão de projeto do BID (documento PCR do AR-0257/2000) apontava “relativo grau de sucesso” do programa de Córdoba, o que vai de encontro à conclusão dos autores supracitados. Entre os empecilhos destacados no caso cordobês, observam-se a assunção por parte do governo provincial de prerrogativas sem as respectivas fontes de arrecadação para custeá-las⁷, a falta de uma burocracia (quadro técnico e profissional de funcionários públicos) para lidar com o grau de complexidade das novas exigências e o “provincianismo” da política local que tentava instrumentalizar essas prerrogativas como elementos de barganha no jogo político. No caso argentino, alguns autores já começam a defender que a saída para o problema seria a recentralização (ACUÑA, 2013).

Embora não tenha se encontrado nenhum outro estudo tão minucioso com os de Cingolani & Lardone (2006) em relação aos outros programas similares do BID, não é absurdo supor que o “relativo sucesso” desses programas são contestáveis. Mesmo assim, em 2011, o BID publicou um dossiê⁸ ressaltando os potenciais benéficos da descentralização e alguns casos bem sucedidos nesse sentido.

“An important conclusion drawn from the present material is that subnational governments with high levels of autonomy regarding income and spending, combined with responsible and transparent learders, can successfully stimulate the economic development of the region’s local territories”. (De La Cruz et al, 2011, p. xxii)

O conteúdo do dossiê é basicamente apologético à descentralização, atribuindo os eventuais resultados negativos a problemas secundários na fase de implementação. O programa de descentralização que mais recebeu recursos do BID – o de Córdoba – não consta no dossiê.

O Não Discurso de Descentralização no Banco Asiático de Desenvolvimento

⁶ Esse foi um projeto cofinanciado pelo BID e pelo Banco Mundial.

⁷ No caso de Córdoba, a responsabilidade sobre a área da saúde sem a respectiva receita gerava constantes e impagáveis déficits nas contas públicas da Província. Mesmo uma década depois de iniciada a descentralização, não havia se encontrado uma solução para os desequilíbrios na balança de pagamentos provincial.

⁸ DE LA CRUZ, Rafael; MANNHEIM, Carlos Piñeda; POSCHL, Caroline. **The Local Alternative**: decentralization and economic development. Inter-American Development Bank, 2011.

Um contraponto importante à perspectiva do Banco Mundial e do BID em relação ao ideal da descentralização vem da Ásia. Enquanto no período entre 1990 e 2002 o potencial benéfico da descentralização começava a ser enfaticamente defendido por tais bancos, não havia nenhuma proposta do tipo no ADB. Na realidade, de acordo com os relatórios anuais pesquisados (de 1990 a 2012) não há nenhuma alusão ou apologia por parte da instituição asiática sobre a relação entre descentralização e desenvolvimento. Se a descentralização tem um potencial benéfico indubitável, por que isso não é sequer considerado por um banco de desenvolvimento?

Essa não é a primeira vez que as sugestões de organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial de como conduzir o desenvolvimento são ignoradas na Ásia. No contexto do Consenso de Washington (1989), com um receituário econômico que envolvia a liberalização comercial, a desregulamentação financeira e a limitação do escopo estatal, países como os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul) preferiram trilhar um caminho diferente. Mantiveram os controles sobre os intercâmbios comerciais e sobre os fluxos financeiros, além de manter o Estado como peça-chave na coordenação dos agentes econômicos para a manutenção de um modelo de industrialização orientado para a exportação (NUNNENKAMP, 2003). Em contrapartida, países que seguiram fielmente o receituário neoliberal como a Argentina da Era Menem (1989-1999) assistiram ao recuo da sua qualidade de vida, à reprimarização da economia, à flexibilização dos direitos trabalhistas, ao crescimento exponencial da dívida pública e ao colapso econômico ao manter um sistema de paridade cambial insustentável.⁹ (RAPOPORT, 2010, p. 364-420)

O modelo de industrialização que permitiu a esses países asiáticos altos níveis de crescimento econômico e um nível de competitividade global pressupõe uma coordenação extremamente centralizada da elaboração das políticas públicas bem como da tomada das decisões. Tudo deve estar sincronizado e harmônico com o objetivo principal: produzir produtos com alto valor agregado capazes de competir no mercado internacional.¹⁰ Nesse sentido, deslocar o poder decisório para instâncias subnacionais pode ser considerado como perda de foco ou potencial perda de tempo e recursos. Contudo, deve-se ressaltar que, nesses casos¹¹, trata-se de países com extensão territorial pequena onde se segue basicamente a lógica de Estados unitários.

Por que o BID e o Banco Mundial insistem na descentralização?

As diretrizes do BID e do Banco Mundial convergiam ideologicamente com o FMI e reforçavam-se mutuamente. Acuña & Tuozzo (2000) chegam a concluir que os dois primeiros eram submissos ao último, orientado por um fundamentalismo de mercado. Stiglitz (2002) acredita que essas instituições estavam a serviço do capital financeiro, ao qual interessava um mercado desregulamentado e, por isso, a defesa intensa de ideias neoliberais, em torno das quais a descentralização orbitava.

⁹ O governo Menem manteve uma âncora cambial no qual 1 peso equivalia a 1 dólar.

¹⁰ Por exemplo, a política educacional deve ser nacional e voltada fortemente para a alta tecnologia, desde o ensino básico até a pós-graduação.

¹¹ No caso dos Tigres Asiáticos. No entanto, pode mencionar que a China, cuja extensão territorial é muito grande, também segue uma lógica centralizadora.

Também é interessante notar que, no caso do BID, uma das novas orientações nos anos 1990 era negociar empréstimos, financiamentos e programas diretamente com as Províncias ou os Estados, sem a intermediação dos governos centrais ou governos federais. Em outras palavras, mais descentralização implica mais clientes em potencial. Além disso, unidades subnacionais geralmente têm menos poder de barganha do que governos centrais nacionais por melhores condições de empréstimo.

Por fim, a discrepância entre o “relativo grau de sucesso” apontado no relatório oficial do Banco sobre o caso de descentralização em Córdoba, as conclusões da pesquisa independente de Cingolani & Lardone (2006) e a omissão desse caso no dossiê do BID chamam atenção para os interesses mercadológicos envolvidos: bancos de desenvolvimento sobrevivem vendendo determinados produtos e serviços, o que inclui no caso do BID os programas de descentralização. Assim, esses programas devem ser apresentados como vantajosos; não interessa mostrar casos de insucessos ou com resultados ambíguos.

Considerações Finais

No discurso do BID e do Banco Mundial, o Estado moderno seria descentralizado, pois quando as instâncias de elaboração de políticas públicas e tomadas de decisão estão mais próximas da população, elas seriam mais adequadas às suas necessidades e às suas demandas. Além disso, quando o poder decisório é local, a proximidade entre cidadãos e governantes favoreceria, teoricamente, um maior controle democrático.

O potencial positivo da descentralização, no entanto, não deve ser sobrestimado. Do ponto de vista empírico, os resultados dos programas de descentralização são discutíveis, uma vez que há discrepância entre o esperado e o alcançado e entre o divulgado pelos Bancos e o relatado por pesquisadores independentes. A ideia de que descentralização implica desenvolvimento também não é unânime, como se pode observar no caso do ADB que nunca incluiu esse item em suas diretrizes.

A descentralização não pode ser considerada como algo que sempre trará bons resultados, como um fim em si mesmo ou, nem mesmo, como necessária. Ela está indiretamente ligada a uma concepção muito específica de desenvolvimento, imbricada em um horizonte neoliberal de ideias, cujos interesses favorecidos nem sempre são do país que “compra” esses programas.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Carlos H. (org.) (2013). **¿Cuánto importán las instituciones?** Gobierno, Estado y actores en la política argentina. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores
- ACUÑA, Carlos. H., & TUOZZO, María Fernanda. (2000). Civil Society Participation in World Bank and Inter-American Development Bank Programs: The Case of Argentina. **Global Governance**, 433-456.
- ADB – Asian Development Bank. **Annual Report**. Anos Diversos.
- BARRIA, Lilia A.; ROPER, Steve D. (2004). Economic Transition in Latin America and Post-Communist Countries: a comparison of multilateral development Banks. **International Journal of Politics, Culture and Society**. Volume 17, Issue 4, June, pp 619-638.

- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Relatório Anual**. Anos Diversos.
- CALHOUN, Craig (2002). **Dictionary of the social sciences**. Oxford University Press on Demand.
- CINGOLANI, Mónica; LARDONE, Martín (2006). **Gobiernos bajo Presión**. relaciones intergubernamentales y reforma del Estado. Editorial de la Universidad Católica de Córdoba.
- COUTO, Ronaldo Costa (1999). **A História Viva do BID e o Brasil**. Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- DE LA CRUZ, Rafael; MANNHEIM, Carlos Piñeda; POSCHL, Caroline. **The Local Alternative: decentralization and economic development**. Inter-American Development Bank, 2011.
- EVANS, Peter (2003). “Além da ‘Monocultura Institucional’: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo”. **Sociologias**, v. 5, n. 9, p. 20-62.
- JOHN, P. G.; CRAIG, B. (2009) **Encyclopaedic Dictionary of International Law**. Oxford University Press.
- LEYS, Colin; SHAW, D. J.. (1996). **The Rise & Fall of Development Theory**. EAEP.
- MCLEAN, Iain (2003). **Oxford Concise Dictionary of Politics**. Oxford University Press UK.
- NUNNENKAMP, Peter (2003). "Por que o desempenho econômico e a competitividade internacional diferem tanto entre a América Latina e a Ásia." In: NUNNENKAMP, Peter. **Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?**. Fundação Konrad Adenauer.
- MAKINO, Rogério (2015). **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Capacidade Estatal: o BID, o Brasil e a Argentina**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. CEPPAC. Universidade de Brasília.
- MCCAWLEY, Peter (2017). **Banking the Future of Asia and the Pacific: 50 years of the Asian Development Bank**. Manila - Philippines: ADB.
- MORENO, Luís Alberto (2011). **A década da América Latina e do Caribe, uma oportunidade real**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID.
- RAPOPORT, Mario (2010). **Las Políticas Económicas de la Argentina: una breve historia**. Booket.
- RIST, Gilbert (2008). **The History of Development: from western origins to global faith**. 3rd edition. Zed Books.
- RATHUS, Joel. China, Japan and Regional Organisations: the case of Asian Development Bank. **Japanese Studies**. Vol. 28, Issue 1, 2008.
- STIGLITZ, Joseph. E. (2002). **Globalization and its Discontents**. WW Norton & Company.
- TUSSIE, Diana (1995). **The Inter-American Development Bank. Multilateral Development Banks**, volume 4. Lynne Rienner Publishers Inc.
- VIVARES, Ernesto. (2013). **Financing Regional Growth and the Inter-American Development Bank: The Case of Argentina**. Routledge.
- WAN, Ming. (1995) Japan and the Asian Development Bank. **Pacific Affairs**, vol. 68, n° 4, pp. 509-528..
- WORLD BANK. **Annual Report**. Anos Diversos.

*Recebido em 08 de julho de 2017.
Aprovado em 07 de novembro de 2017.*

RESUMO

Esse texto discute a descentralização no discurso de bancos multilaterais de desenvolvimento, a qual é apresentada na América Latina como um passo necessário para o desenvolvimento, principalmente para uma melhor qualidade das políticas públicas e para a sua democratização. No entanto, a observação de casos empíricos de descentralização e do posicionamento de outros bancos multilaterais sugere que a relação entre descentralização e desenvolvimento pode estar sobrestimado.

Palavras-chave: bancos multilaterais de desenvolvimento; descentralização; América Latina

ABSTRACT

This article analyzes decentralization in the discourse of Multilateral Development Banks, which is presented in Latin America as a necessary step towards development – especially concerning better public policies and democratization. However, the observation of empirical cases of decentralization and the analysis of other development bank's discourse suggest that the idea of decentralization as synonymous of development is overestimated.

Key-words: multilateral development banks; decentralization; Latin America